

GIVALDO BARBOSA



Ulysses queria acelerar a votação, mas não encontrou quorum ao voltar à Assembleia Constituinte

Ulysses promete revelar fatos

O plenário da Constituinte registrou ontem o maior quorum da semana, 244 — enquanto outros 89 estavam "pela Casa" — número ainda insuficiente para votação de matéria constitucional. A sessão durou pouco mais de uma hora e foi novamente palco de protestos e críticas dos presentes quanto à insistência da maioria em falar aos trabalhos. O presidente Ulysses Guimarães, em resposta a uma questão de ordem levantada pelo líder do PDT, deputado Brandão Monteiro (RJ), garantiu que a lista dos parlamentares atingidos pelas medidas da Mesa diretora, que pune os faltosos com cortes em seus subsídios, será publicada no Diário da Constituinte.

Nos dez minutos em que permaneceu em plenário, quando realizou e anunciou a verificação de quorum, Ulysses Guimarães não deixou de responder ou pelo menos comentar questões levantadas por vários constituintes, enquanto as presenças estavam sendo computadas. A maioria dos oradores discutiu o baixo número, que gerou novamente o apelo do presidente para que todos compareçam aos trabalhos. "Vou mandar telegramas aos membros da Assembleia para que aqui estejam. Temos que ultimar a votação em primeiro turno", avi-

sou, ao encerrar a sessão e marcar outra para as 9h de hoje.

O deputado Adilson Motta (PDS/RS), primeiro a falar na sessão para encaminhar um requerimento de informações ao Gabinete Civil da Presidência da República sobre os gastos do Presidente na viagem aos Estados Unidos, também aproveitou a verificação de quorum para reclamar dos ausentes. Seu protesto foi dirigido a vários constituintes que integram missões no exterior, sem se importarem com os trabalhos de votação sobre o texto constitucional. Lembrou que foi convidado por Ulysses, há cerca de um ano, para compor um grupo de parlamentares que foi até à ONU.

"Não fui justamente para não colaborar na prejudicialidade dos trabalhos da Casa. Por isso peço a Vossa Excelência que faça um novo apelo aos constituintes, no sentido de evitar estas viagens, que dificultam ainda mais a obtenção de quorum em plenário", argumentou. Ulysses, prontamente, agradeceu a intervenção, lembrando que comunica, a cada convite recebido para estas viagens, "que estamos em trabalho de votação do texto constitucional". Admitiu que muitas vezes estes eventos fogem de sua esfera e se realizam através da

Câmara ou do Senado.

Apesar dos apelos e das declarações dos presentes, logo após a questão do quorum ter sido debatida o deputado Jesus Tajra (PFL-PI) comunicou a Ulysses que estará ausente na sessão de hoje, porque viajará a Teresina, integrando uma comitiva que acompanha o ministro Hugo Napoleão, da Educação. A saída do plenário, o líder do PMDB, senador Mário Covas, indicava justamente o principal motivo da desaceleração dos trabalhos da Constituinte. "O plenário não está parado por falta de negociações, até porque a existência de um acordo sobre as matérias não é uma condição para se realizar votação. O que falta mesmo é gente aqui dentro", comentou.

Antes da verificação de quorum, 14 constituintes ainda tiveram tempo de usar a tribuna.

Entre os oradores, o destaque da tribuna ficou por conta do deputado Rui Nudel (PMDB-RS), já conhecido pelo verso gaúcho que transmite pelos microfones. Ontem, para falar das consequências do frio no Rio Grande do Sul, que tem feito vários mortos, ele declamou uma poesia do médico e poeta Aureliano de Figueiredo Pinto, relatando as diferenças sociais que se aprofundam no inverno.

Câmara vota eleições na terça-feira

Somente na próxima semana a Câmara dos Deputados volta a examinar o projeto das eleições municipais, aprovado ontem pelo Senado, com uma reunião, na terça-feira, de todos os líderes partidários para examinar as alterações introduzidas pelos senadores, como a retirada da possibilidade de dois turnos eleitorais nos municípios com mais de 200 mil eleitores.

Segundo o Regimento Interno das duas Casas, na revisão de um projeto (original da Câmara e alterado pelo Senado) a Câmara só pode aprovar ou rejeitar aquilo que foi inovado pelo Senado, não podendo mais apresentar matéria nova ou alterar o que já constava do texto original.

Além do possível restabelecimento dos dois turnos nos municípios com mais de 200 mil eleitores, talvez a Câmara pretenda colocar novamente no texto (rejeitando a rejeição do Senado) a proibição para que profissionais de rádio e televisão possam apresentar ou participar de programas durante o período de 15 dias destinado à propaganda eleitoral gratuita a qual eles têm direito.

Também é possível que a Câmara rejeite uma inovação do Senado, segundo a qual caberá às mesas que receberão os votos dos eleitores fazer a apuração dos votos, logo após o encerramento da hora de votação. A decisão sobre essa e outras alterações será toda na reunião dos líderes no gabinete do líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro.

Convocação será explicada na Justiça

O presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), terá de informar à Justiça Federal se convocou ou não para depor o ex-ministro Aníbal Teixeira, na época titular da Secretaria de Planejamento, conforme requerimento do deputado Victor Faccioni (PDS-RS), aprovado pelo plenário.

Em discurso que fará hoje na Constituinte, já que a Câmara está praticamente paralisada, o deputado Faccioni acentuará que a decisão da Justiça Federal, interpelando o presidente Ulysses Guimarães, mostra que a fase do "compadresco político está acabando". Na sua opinião, Ulysses deixou de convocar Aníbal, que também é do PMDB, para protegê-lo.

A interpelação do Presidente da Câmara foi decidida pelo Juiz da Quarta Vara Federal, Jacy Garcia Vieira, que acolheu notificação judicial de Faccioni, que deseja saber se o ex-ministro Aníbal Teixeira foi ou não formalmente convocado. As explicações informais são de que não o foi.

Acordo começa sem anistia e sem eleições

Deixando de fora da rodada preliminar de negociações dois pontos polêmicos — anistia e eleições municipais — as lideranças políticas na Constituinte, exceto o PFL, que se reúne a elas a partir de hoje, conseguiram passar cerca de um terço dos artigos das Disposições Transitórias numa penela capaz de, até o início da próxima semana, permitir um acordo global que acelere as votações em plenário. Todavia, o Centrão, que se reuniu depois sozinho, não aceita a posição do PMDB (Covas) em defesa de um acerto geral de todo o capítulo, incluindo a anistia, que prefere manter como aprovada na semana passada.

Ao contrário de outras reuniões de negociações, ninguém saiu da sala aborrecido ou criticando posições ortodoxas dos demais. José Genoíno, do PT, comentou que o clima era de entendimento, como assinalou também Luiz Roberto Ponte, representante do Centrão. Pelo PMDB, o líder Mário Covas achou sábia a decisão de separar a anistia, pois com isso evitaram conflitos ideológicos de saída e que seriam capazes de criar estrangulamentos para prosseguir nas conversas.

Dos 72 itens das disposições, mais de 20 foram passados na rodada preliminar de negociações. O que trata da auditoria da dívida externa não gerou consenso. Em compensação, existe um clima favorável a barrar todas as propostas que visem a consagrar casuísmos ou trens da elegria, como estabilidade de servidor, paridade salarial entre policiais e a incorporação de procuradores no quadro da nova Justiça da União.

A anistia poderá provocar o racha entre os participantes. E que o Centrão prefere não mexer no texto já aprovado, enquanto o PMDB defende uma revisão, pois se não deseja interferir administrativa-

mente nas Forças Armadas promovendo aspirante a almirante, nem sangrar os cofres da união com o pagamento de atrasados, entende que a manutenção seca do texto centrista acabaria favorecendo setores do grupo beneficiado.

O Centrão está analisando separadamente o capítulo das Disposições Transitórias. Ontem, um grupo de coordenadores já demonstrava tendência a liberar a votação de aspectos ligados aos trens da elegria, aos casuísmos e, principalmente, das eleições municipais. Deste modo, aliviariam o lado do PFL, que já anunciou aos demais partidos disposição para apoiar a tese do mandato-tampão. Esse Estudo continuará, paralelamente à participação nas reuniões de busca de acordo.

Outra preocupação do Centrão é com os 17 destacados para votação em separado feitos no seu texto. O PMDB já demonstrou vontade de envolver "limpo e exequível, nas negociações por um texto global, a separado feitos no seu texto. O PMDB já demonstrou vontade de envolver esses DVS nas negociações por um texto global, aperfeiçoado, limpo e exequível, mas incluindo a anistia, que seria objeto de acordo geral. E se não der, poderá se eximir da responsabilidade, deixando o Centrão pagar o ônus pelo que foi aprovado.

Outro problema que preocupa os partidos diz respeito à questão da reforma tributária. Como explicou a deputada Sandra Cavalanti, se não encontrarem um meio de acelerar as votações em plenário, os estados não seriam beneficiados pelas mudanças aprovadas no texto permanente já a partir do próximo ano. Lembrou que a tradição manda aprovar o Orçamento da União até 30 de novembro e qualquer atraso impediria que maiores recursos sejam carreados para os estados e municípios.

Lobby militar muda 80 votos

Cerca de 80 constituintes recebidos nos últimos dois meses pelos ministros militares (Exército, Marinha e Aeronáutica), que defendiam o projeto de anistia aos cassados por atos administrativos durante os governos militares, estão convencidos agora de que a reintegração dos militares ao serviço ativo (um dos pontos do projeto) provocará a desobediência hierárquica em todos os escalões da tropa e a quebra da disciplina nos quartéis.

Os itens promoção e pagamento dos atrasados, inseridos no projeto, serão objeto de acirrados debates, na próxima semana, na Assembleia Nacional Constituinte, com possibilidade de vitória dos anistiadados, afirmou ontem um oficial superior da Assessoria Parlamentar das três Forças Armadas junto ao Congresso. Os próprios cassados já estão convencidos de que o retorno ao serviço ativo não recebe apoio da maioria dos militares de carreira, atualmente nos postos do oficialato superior por ascensão normal de suas carreiras. Por outro lado, afirmou a mesma fonte, os militares transferidos para a reserva, por não terem galgado os postos imediatos de suas carreiras, como fórmula de renovação dos efetivos dos respectivos quadros, reagem às reivindicações desses cassados.

Para o ministro Leônidas Pires Gonçalves, "a reintegração, principalmente se acompanhada de promoções ilegítimas, conduzirá as Forças Armadas à ilógica contingência de ter que

colocar os anistiados no exercício de funções para as quais não estão aptos por absoluta falta de conhecimento técnico e de experiência profissional específica". Segundo ainda o ministro Leônidas, em mensagem dirigida à tropa essas qualidades somente poderiam ser observadas mediante a realização de cursos, estágios e estudos, que apenas têm validade quando aplicados e consolidados na vivência prática de plena e contínua atividade. Todos os ministros militares estão convencidos de que a anistia já foi concedida, de acordo com a emenda constitucional nº 26/85, a mesma que convocou a Assembleia Nacional Constituinte.

Na ótica de um oficial-general que acompanha os acontecimentos políticos da Nova República (integrante da comunidade de informações), a grande maioria dos militares da ativa do Exército não aceita o retorno de cassados por atos administrativos, muitos unidos por crimes de sangue, assaltos a bancos e comportamento moral incompatível com a vida militar. A reação, na convivência nos quartéis, será a não obediência às ordens desses militares pelos seus subordinados. A consequência dessa indisciplina seria a apelação aos escalões imediatamente superiores hierárquicos, pedindo punição aos transgressores que, por seu turno, simplesmente arquivariam a denúncia, caracterizando, de maneira generalizada, a quebra de hierarquia na cadeia de comando.